

Influência do Acompanhante Terapêutico no desenvolvimento acadêmico e social de crianças com autismo

Bárbara Gabriel de Campos

Graduanda em Psicologia

Faculdade Galileu

Av. Marginal 200, 680 - Vila Real, Botucatu - SP, 18606-294

barbara.campos37@gmail.com

Ana Carolina Merlin Ferreira

Professora e supervisora

Faculdade Galileu

Av. Marginal 200, 680 - Vila Real, Botucatu - SP, 18606-294

acarolmerlin@outlook.com

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista, conforme o DSM-5-TR, caracteriza-se por dificuldades persistentes na comunicação e interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento. Com o aumento dos diagnósticos e necessidade de fortalecer estratégias inclusivas, a escola tornou-se um espaço essencial para intervenções que promovam o desenvolvimento de crianças com TEA, destacando o Acompanhante Terapêutico, profissional que auxilia nas necessidades da criança e favorece inclusão, ampliando o desenvolvimento acadêmico, social e emocional. Este estudo consiste em uma revisão sistemática cujo objetivo geral é analisar como a atuação do AT influencia o desenvolvimento social e acadêmico de crianças com TEA no ambiente escolar. Foram selecionados 10 artigos publicados entre 2020 e 2025, que abordam o papel do AT como mediador e facilitador da inclusão, respaldos legais, suas práticas pedagógicas e terapêuticas, os avanços observados no desenvolvimento das crianças e os desafios enfrentados pelos profissionais. Foram excluídos teses, dissertações, monografias, trabalhos de conclusão de curso, projetos de iniciação científica, artigos de revisão, livros, guias, manuais, cartilhas, coletâneas, materiais indisponíveis, sem relação com o tema pelo título e pouco relacionados com o tema. Os resultados mostram que o AT promove autonomia, comunicação, comportamento e participação acadêmica e socialização das crianças. Observa-se que, embora não regulamentada como profissão, sua atuação tem respaldo legal e importância central na educação inclusiva. Apesar da escassez de publicações específicas, é possível concluir que a presença do AT é indispensável para uma educação equitativa e acessível, reforçando a importância de mais pesquisas sobre o tema.

Palavras-chave: Acompanhante Terapêutico, Transtorno do Espectro Autista, Inclusão Escolar, Desenvolvimento Acadêmico, Desenvolvimento Social.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5-TR), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do

neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades persistentes na comunicação e na interação social em diversos contextos do indivíduo, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Os sintomas devem estar presentes desde o início do desenvolvimento, mesmo que possam se tornar mais evidentes apenas em contextos sociais mais exigentes. O transtorno pode causar prejuízos na vida cotidiana e não deve ser melhor explicado apenas por deficiência intelectual isolada; em casos comórbidos, os déficits de comunicação social devem exceder o esperado para o nível cognitivo (APA, 2022).

Nos últimos anos, observou-se um aumento significativo no diagnóstico de TEA ao redor do mundo. De acordo com o Centers for Disease Control and Prevention (CDC, 2023), estima-se que uma em cada 36 crianças seja diagnosticada com o Transtorno do Espectro Autista nos Estados Unidos, esse aumento pode refletir critérios diagnósticos aprimorados e evidenciar a necessidade de fortalecer estratégias de inclusão escolar. No contexto brasileiro, não há um censo específico ou levantamento epidemiológico nacional sobre a prevalência do TEA na população.

Nas últimas décadas, o autismo passou a receber maior atenção tanto pelos avanços científicos quanto pelas demandas sociais. Um marco importante nesse processo foi a criação da Lei nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012), conhecida como Lei Berenice Piana, que representou um progresso significativo na garantia de direitos da pessoa com o Transtorno do Espectro Autista, principalmente na educação inclusiva (Rodrigues; Filard, 2024). Essa legislação instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, garantindo acesso à saúde, educação e assistência social (Godoy; Lima, 2020).

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), assim como a Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012), reconhece as pessoas com TEA como pessoas com deficiência e assegura seu direito à educação em igualdade de condições com os demais alunos, sendo necessária a presença de recursos e apoios adequados, como Acompanhante Terapêutico (AT) e Acompanhante Especializado (AE) que oferecem suporte fundamental para promover a inclusão, a adaptação escolar e o desenvolvimento integral dos alunos com TEA (BRASIL, 2015).

O Acompanhante Terapêutico e o Acompanhante Especializado possuem papéis distintos, porém complementares, na inclusão de crianças com o Transtorno do Espectro Autista no ambiente escolar. O AE é um profissional da área da educação,

responsável por adaptar o currículo e oferecer suporte pedagógico, facilitando a participação ativa do aluno em suas atividades escolares (Lima *et al.*, 2024).

O AT, por sua vez, tem como principal função acompanhar a criança em seu ambiente escolar como profissional capacitado, auxiliando-a em suas necessidades, com o objetivo de promover inclusão e ampliar seu desenvolvimento acadêmico, social e emocional. Este profissional atua como facilitador da interação social, podendo auxiliar as crianças na comunicação e na integração em atividades grupais. A presença do AT também contribui para a sensibilização dos colegas de sala de aula, promovendo compreensão, empatia e aceitação de crianças neurodiversas, como alunos com Transtorno do Espectro Autista (Moreira; Silva; Oliveira, 2023).

Conforme apontam Clementino, Braga e Silva (2022), o AT integra equipes multidisciplinares que realizam intervenções terapêuticas voltadas para indivíduos com o diagnóstico de TEA. No contexto escolar, ele desenvolve seu trabalho por meio da implementação de várias estratégias, sendo estas focadas em aspectos pedagógicos, cognitivos, sociais e comportamentais.

Este estudo se justifica pela necessidade de compreender, de forma mais aprofundada, o impacto da atuação do Acompanhante Terapêutico no ambiente escolar, especialmente no desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista. Ao analisar suas práticas, funções e desafios, a pesquisa contribui para o aprimoramento das estratégias de inclusão, da formação profissional e das políticas educacionais, respondendo a demandas atuais da sociedade e da comunidade educacional.

2. OBJETIVOS

Este estudo tem como objetivo geral analisar, por meio de revisão sistemática, de que forma a atuação do Acompanhante Terapêutico favorece o desenvolvimento social e acadêmico dessas crianças no contexto escolar. Para alcançar esse propósito, definiram-se, como objetivos específicos: descrever qual o papel e a função do Acompanhante Terapêutico nas escolas voltado para crianças com autismo; identificar as principais práticas adotadas por esses profissionais na promoção do desenvolvimento social e acadêmico; e, por fim, investigar os desafios enfrentados pelos ATs no exercício de suas funções dentro do ambiente escolar.

3. METODOLOGIA

O estudo em questão consiste em uma revisão sistemática que analisa pesquisas publicadas entre 2020 e 2025, com o propósito de verificar de que maneira a atuação do acompanhante terapêutico favorece o desenvolvimento social e acadêmico de crianças no contexto escolar. Conforme Galvão e Ricarte (2019), a revisão sistemática caracteriza-se pelo uso de protocolos metodológicos definidos, com o objetivo de responder a uma questão de pesquisa específica e possibilitar a reprodução do estudo por outros pesquisadores. Esse tipo de revisão é considerado uma produção original, uma vez que utiliza dados provenientes da literatura sobre um tema delimitado, conduzindo-se de maneira criteriosa e metodologicamente rigorosa. Trata-se de uma modalidade de pesquisa científica que envolve a definição de estratégias para busca, seleção e avaliação crítica dos estudos, a partir de critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, de modo a assegurar o rigor e a validade científica do processo investigativo.

Para a inclusão dos estudos, foram utilizadas as bases de dados do Portal de Periódicos da CAPES, Google Acadêmico, SciELO Brasil, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e PePSIC. Foram empregados os seguintes descritores: “Acompanhante Terapêutico” AND “TEA”. As buscas foram realizadas entre 06 de julho de 2025 e 28 de agosto de 2025.

O processo de seleção dos estudos pautou-se pelas diretrizes Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA). Tal abordagem tem como objetivo promover um relato transparente, completo e bem estruturado das revisões sistemáticas, assegurando a confiabilidade e a utilidade dos achados. O PRISMA enfatiza o planejamento e a execução criteriosa do processo de pesquisa, garantindo que todas as informações essenciais sejam contempladas. Para isso, disponibiliza listas de verificação, orientações detalhadas e diagramas de fluxo que orientam tanto a coleta quanto a apresentação dos dados e resultados (Page *et al.*, 2021).

Após a seleção dos artigos, procedeu-se à categorização dos dados por meio da análise de conteúdo de Bardin (1991), que foi utilizada como procedimento para sistematizar e categorizar os estudos selecionados, servindo de suporte para a etapa interpretativa da pesquisa. O método foi desenvolvido de acordo com suas três fases estruturantes: inicialmente, realizou-se a pré-análise, etapa voltada à leitura exploratória e à organização preliminar do corpus; em seguida, procedeu-se à exploração do material, momento em que as informações foram codificadas e

distribuídas em eixos temáticos; por fim, na fase de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, os achados foram integrados e transformados em categorias analíticas que orientaram a compreensão final dos dados.

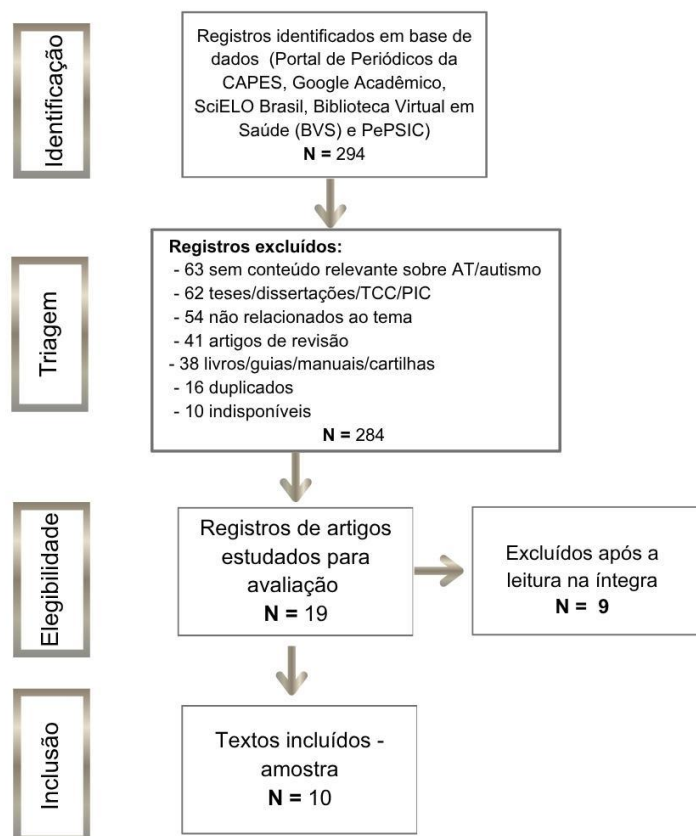
Foram incluídos estudos publicados entre 2020 e 2025, em língua portuguesa, e que abordassem o tema proposto. Excluíram-se documentos decorrentes de trabalhos acadêmicos, como teses, dissertações, monografias, trabalhos de conclusão de curso (TCC), projetos de iniciação científica, além de artigos de revisão, livros, guias, manuais, cartilhas, coletâneas, indisponíveis para acesso, sem relação com o tema a partir do título, e os que foram pouco relacionados com o tema em questão.

A aplicação desses critérios ocorreu em duas etapas, sendo a primeira iniciada pela leitura dos títulos e resumos para identificar artigos que não atendiam aos critérios mínimos, seguida da análise completa dos textos selecionados para a confirmação da relevância e adequação. Após a busca realizada, foram identificados 294 artigos nas bases consultadas. Destes, 63 foram excluídos por citarem pouco ou nada sobre o Acompanhante Terapêutico e/ou autismo, 62 por serem teses, dissertações, monografias, trabalhos de conclusão de curso (TCC) e projetos de iniciação científica, 54 por não terem relação com o tema em questão, 41 por se tratar de artigos de revisão, 38 pois eram livros, guias, manuais, cartilhas ou coletâneas, 16 por apresentarem repetições e 10 por estarem indisponíveis para acesso.

Assim, a amostra final foi composta por 10 estudos que atenderam integralmente aos critérios de inclusão. Esse processo sistemático confere maior rigor metodológico à revisão e reforça a fidedignidade das conclusões acerca da forma como a atuação do acompanhante terapêutico favorece o desenvolvimento social e acadêmico de crianças no contexto escolar.

O procedimento de busca de artigos adotados nesta revisão pode ser identificado na Figura 1.

Figura 1 – Fluxograma PRISMA do critério de inclusão e exclusão



Fonte: elaborado pelas autoras (2025)

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este tópico apresenta os resultados obtidos a partir da revisão sistemática feita sobre a influência do Acompanhante Terapêutico (AT) no desenvolvimento acadêmico e social de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A partir de uma análise detalhada dos estudos selecionados, foi possível identificar as principais funções desempenhadas pelo AT no ambiente escolar com crianças com TEA, as legislações que sustentam sua atuação, os avanços observados no desenvolvimento das crianças acompanhadas e os desafios enfrentados por eles no cotidianos das instituições de ensino.

Dos dez estudos incluídos, três foram relatos de experiência, um relato de prática, um estudo empírico com coleta de dados, um estudo quantitativo e correlacional, um estudo qualitativo baseado em entrevista semiestruturada, um estudo de caso, um estudo bibliográfico documental e um estudo qualitativo.

Inicialmente, os resultados são discutidos em categorias temáticas, elaboradas a partir das convergências identificadas entre os estudos analisados, com o intuito de oferecer uma compreensão clara sobre a relevância da atuação do AT nas escolas.

Em seguida, realizou-se uma breve discussão que articula os achados com o contexto escolar e as demandas do AT com crianças com autismo.

4.1 O Acompanhante Terapêutico como mediador e facilitador no processo de inclusão escolar

A literatura incluída é unânime em tratar sobre a função do Acompanhante Terapêutico no contexto escolar, destacando seu papel como mediador e facilitador do processo de inclusão e aprendizagem de crianças com deficiência. Os estudos selecionados nesta revisão ressaltam que o AT proporciona apoio individualizado, adaptando atividades pedagógicas, promovendo a socialização e auxiliando na interação entre o próprio aluno com os professores e colegas. Ademais, sua presença contribui para que as crianças se sintam seguras e acolhidas no espaço escolar, intervindo quando comportamentos pouco produtivos surgem e apoiando a realização das demandas escolares.

Nesse conjunto de análises, observa-se que esse profissional passou a ser identificado pela nomenclatura “cuidador”, especialmente quando sua atividade envolve acompanhar o aluno e auxiliar o professor na realização das adaptações necessárias. Trata-se de um apoio compreendido como temporário, sobretudo para estudantes com TEA, sendo ofertado enquanto o aluno desenvolve maior autonomia dentro dos espaços escolares. Os artigos indicam ainda que o Acompanhante Terapêutico desempenha um papel essencial para o professor, fornecendo suporte na compreensão das particularidades de cada aluno e na adaptação das estratégias pedagógicas (Candeia, 2024; Cecim, Sardinha, 2023; Clementino, Braga, Silva, 2022; Costa, Silva, 2025; Paes, Rocha, Amato, 2023; Simplicio, Gomes, 2024; Siqueira, 2024).

Além disso, esses autores reforçam que o acompanhante possui um olhar integral sobre o aluno, atuando como um intérprete das situações sociais, facilitando o reencontro com o ambiente e construindo uma ponte entre a família e a escola (Mauer; Resnizky, 2003). Oferece ainda suporte direto às crianças com TEA, auxiliando em atividades cotidianas, como alimentação, higiene e locomoção (Santa Catarina, 2018, p. 41). Ademais, o AT transita entre a questão pedagógica e terapêutica, conciliando as tarefas do cotidiano escolar com as necessidades de amparo terapêutico (Coelho, 2007).

De maneira geral, a função do AT engloba mediação entre o aluno e o ambiente educacional, apoio pedagógico e social, e atuação como referência afetiva, tornando a escola um espaço inclusivo, seguro e propício ao desenvolvimento da criança, incluindo alunos com Transtorno do Espectro Autista.

4.2 Legislação e garantias de inclusão: o respaldo jurídico para a atuação do Acompanhante Terapêutico com crianças com TEA

O Acompanhante Terapêutico, embora ainda não regulamentado como profissão, emerge como essencial para a saúde mental e educação inclusiva de crianças com TEA no ambiente escolar. Originado na Reforma Psiquiátrica, o Acompanhante Terapêutico atua como recurso de apoio à inclusão social e educacional, alinhado às políticas públicas de acessibilidade e igualdade (Santos; Motta; Dutra, 2005).

A criação da Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, representou um avanço decisivo no reconhecimento dos direitos das pessoas com TEA. Essa legislação institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA e garante o direito ao acompanhante especializado, atribuindo aos sistemas de ensino a responsabilidade de oferecer apoio adequado a fim de assegurar o acesso e permanência desses alunos na rede regular de ensino (BRASIL, 2012).

Além disso, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, inciso III, já estabelecia a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, sendo um dos primeiros marcos normativos a sustentar a educação inclusiva no Brasil. Ela é reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, onde determina a oferta da educação especial integrada às classes comuns, consolidando o princípio de inclusão como dever do Estado e direito da pessoa com deficiência (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996).

Outros documentos internacionais e nacionais também contribuíram significativamente para a ampliação desse respaldo jurídico. A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2008), consolidaram o paradigma da inclusão como um direito humano fundamental. No Brasil, a Convenção foi aprovada como lei, reforçando a participação plena de pessoas com deficiência na sociedade e educação.

Mais um marco importante foi a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Ela determinou que a educação especial seja complementar à comum e não como substituição. Ela também estabeleceu a obrigação de oferecer profissionais de apoio e recursos de acessibilidade, sustentando a presença do AT. Em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, LBI nº 13.146/2015, reforçou e ampliou os direitos já garantidos, transformando as políticas de inclusão em obrigações de Estado. E estendendo a responsabilidade também para as instituições privadas. Essa lei proibiu a recusa de matrícula, cobrança adicional e práticas discriminatórias contra alunos com deficiência (BRASIL, 2015).

Ao considerar o conjunto das legislações discutidas, percebe-se que as leis demonstram que o trabalho do Acompanhante Terapêutico com crianças com autismo possui respaldo legal, mesmo sem haver uma regulamentação específica da profissão. Essas legislações reforçam o direito à inclusão, ao desenvolvimento integral e ao acesso à aprendizagem, assegurando que o ambiente escolar seja um espaço de participação e pertencimento desses alunos. Nesse contexto, o AT se torna uma presença fundamental, uma vez que atua como elo entre o aluno, a escola e a comunidade, contribuindo para que os direitos garantidos em lei sejam efetivamente colocados em prática.

4.3 Avanços e benefícios no desenvolvimento social e acadêmico da criança com autismo após intervenção do AT

Com base na análise dos artigos de Enes (2021), Batista *et al* (2023), Clementino, Braga e Silva (2022), Siqueira (2024), Simplício, Gomes (2024), Paes, Rocha e Amato (2023), foi possível notar que a intervenção do Acompanhante Terapêutico tem proporcionado mudanças no cotidiano e no desenvolvimento de crianças com autismo. A partir do vínculo estabelecido entre o AT e a criança, é possível observar a construção de uma relação de afeto e confiança que se torna a base tanto para o processo terapêutico quanto para o pedagógico.

Os objetivos estabelecidos em conjunto entre o AT e a escola buscam ampliar o tempo de permanência da criança em sala de aula, melhorar o contato ocular, favorecer a participação em atividades com os pares, incentivar o brincar, a imitação e a autonomia em atividades da vida diária, como se vestir, alimentar e organizar os pertences. As intervenções são avaliadas constantemente e ajustadas, quando

necessário, por meio de um trabalho colaborativo entre AT e os outros profissionais envolvidos (Enes, 2021).

No decorrer do acompanhamento, observa-se uma melhora na auto regulação, autonomia e socialização da criança. Algumas estratégias realizadas de maneira individual, como momentos de pausa, adaptações sensoriais e atividades de curta duração, possibilitam o aumento do tempo de concentração da criança, além da participação ativa nas propostas solicitadas e a vivência compartilhada com os colegas. Há também o destaque do AT na mediação entre a criança com TEA e o ambiente escolar, promovendo ajustes na rotina, no espaço físico e nas atividades pedagógicas com o intuito de favorecer o bem-estar e o aprendizado (Enes, 2021).

Batista *et al.* (2023) revelam melhorias significativas nas áreas de comunicação, comportamento e autonomia após a intervenção do AT. Crianças que antes apresentavam dificuldades em atividades diárias passaram a demonstrar independência em ações, como, por exemplo, ir ao banheiro, arrumar o próprio material, comprar o lanche e realizar tarefas escolares de forma mais autônoma. Ademais, observou-se a redução de comportamentos repetitivos e inadequados, bem como o aumento do repertório verbal e da capacidade de interação social, indicando que a presença constante do AT na rotina da criança gera impactos positivos e duradouros.

Com relação às habilidades sociais e acadêmicas, Clementino, Braga e Silva (2022) apontam que a intervenção contínua do Acompanhante Terapêutico contribui para o progresso do desempenho escolar e da socialização do aluno com autismo. Mesmo em casos em que há dificuldades para iniciar e manter diálogos funcionais, nota-se um avanço gradual nas interações e compreensão das propostas de atividades. O acompanhamento frequente permite que, ao longo do tempo, a criança alcance um desempenho acadêmico semelhante ao de seus colegas, apresentando comportamento mais ajustado e engajamento nas tarefas.

A presença e as intervenções do AT também favorecem o desenvolvimento da expressão simbólica e da criatividade. Em situações em que ocorre a mediação, a criança passa a usar elementos próprios em suas produções, demonstrando comunicação e singularidade. A mediação do acompanhante nas relações entre pares possibilita momentos de cooperação e brincadeiras espontâneas, como em prestar materiais e atividades coletivas, nas quais o aluno participa de forma cada vez mais integrada e independente (Siqueira, 2024).

Nota-se que os avanços ocorrem de forma gradual, tanto no campo pedagógico quanto no comportamental. A adaptação de materiais e conteúdos realizada pelo AT presente em parceria com a escola, possibilita o acompanhamento adequado do currículo e a evolução do aprendizado. Com o passar do tempo, a necessidade de adaptações tende a diminuir, evidenciando o progresso da criança e a sua capacidade de acompanhar as atividades escolares com autonomia. Esses resultados demonstram os efeitos positivos da intervenção do AT no desenvolvimento global da criança com autismo, especialmente na construção de competências acadêmicas e sociais no ambiente escolar. (Simplício; Gomes, 2024).

Além disso, Paes, Rocha e Amato (2023) destacam que embora não exista cura para o autismo, a identificação precoce e o acompanhamento por equipes multidisciplinares podem reduzir a intensidade de certos sintomas ou até levar ao desaparecimento de alguns deles, favorecendo uma melhor qualidade de vida para a criança.

Assim, a análise desses autores evidencia que os avanços observados no desenvolvimento social e acadêmico das crianças com autismo decorrem de fatores que envolvem o vínculo estabelecido com o Acompanhante Terapêutico, as adaptações realizadas no cotidiano escolar e o acompanhamento contínuo das intervenções. Os resultados apontam que as melhorias não ocorrem de forma imediata, mas construídas gradualmente, a partir de intervenções precisas, ajustes colaborativos e presença do AT na rotina da criança.

Observa-se também que o progresso em áreas como autonomia, comunicação, comportamento e participação nas atividades está diretamente relacionado à mediação realizada pelo profissional, que favorece tanto o bem-estar quanto o engajamento acadêmico. Além disso, o fato de alguns sintomas apresentarem redução quando há diagnóstico precoce e atuação de equipes multidisciplinares reforça que o trabalho do AT integra um cuidado amplo, capaz de contribuir significativamente para a qualidade de vida e o desenvolvimento global da criança.

4.4 Desafios e limitações enfrentados pelos acompanhantes terapêuticos no ambiente escolar

Enes (2021) mostra que o papel do Acompanhante Terapêutico no contexto escolar envolve desafios que vão do autoconhecimento ao enfrentamento de barreiras institucionais. Em alguns estudos coletados nessa amostra, ATs relatam a importância

de reconhecer seus limites teóricos e de manejo em situações críticas, favorecendo o desenvolvimento da flexibilidade e do aprendizado constante, elementos essenciais para o desempenho eficaz do AT.

As pesquisas de Paes, Rocha e Amato (2023) evidenciam que os ATs enfrentam dificuldades no manejo e na estimulação da comunicação funcional das crianças atendidas. Embora alguns acompanhantes demonstrem segurança em lidar com diferentes comportamentos durante as sessões, tais situações ainda interferem na qualidade do atendimento e, conseqüentemente, no desenvolvimento da criança. Mesmo que a maioria das crianças não apresente problemas de comportamento significativos, segundo os próprios ATs, a complexidade das demandas comunicativas continua exigindo aperfeiçoamento constante. Esses achados reforçam, que há também uma dimensão técnica e formativa que precisa ser fortalecida.

Outro aspecto identificado é que em algumas escolas o AT não é reconhecido como parte da equipe na escola, principalmente nas particulares. Nesses casos, o profissional é vinculado a clínicas externas, o que dificulta sua integração com a equipe pedagógica e compromete o acompanhamento escolar. Também foi identificada falta de fiscalização estatal quanto ao cumprimento de leis de inclusão, resultando em escolas que ainda recusam alunos com TEA ou não oferecem o suporte adequado. Somam-se a isso a ausência de capacitação docente e de estrutura física acessível, fatores que prejudicam a aprendizagem e a inclusão efetiva das crianças (Costa; Silva, 2025).

É possível citar também desafios sobre a construção de parcerias entre o AT e os professores, mostrando que o trabalho é, diversas vezes, delegado de forma isolada para o acompanhante. Foram relatadas situações em que os docentes resistem à inclusão, afirmando não se sentirem preparados para lidar com alunos com TEA e transferindo ao AT a responsabilidade pela adaptação pedagógica da criança (Gavioli; Ranoya; Abbamonte, 2002). Ainda no cenário escolar, surgem também desafios apontados pelos professores, especialmente no que diz respeito à falta de formação específica para atender às necessidades dos alunos com TEA. Diante dessa lacuna, os acompanhantes de sala aparecem como fundamentais para apoiar práticas pedagógicas mais adequadas, já que a adaptação constante das propostas é um desafio cotidiano. Assim, o papel desses profissionais contribui para tornar o processo educativo mais acessível e personalizado, favorecendo a participação da criança (Cecim; Sardinha, 2023).

Por fim, os dados levantados evidenciam a transferência de responsabilidades pedagógicas aos Acompanhantes Terapêuticos, situação em que professores transferem a eles tarefas como ensinar conteúdos curriculares, adaptar provas e preparar materiais. Essa sobrecarga de funções descaracteriza o papel do AT como mediador terapêutico e reflete a falta de reconhecimento institucional de suas atribuições. Além disso, quando o profissional é contratado pela família e não pela escola, observa-se dificuldade de integração com a equipe escolar, gerando um clima de desconfiança que compromete o trabalho colaborativo (Nazário; Cordeiro; Pereira, 2023).

Diante dos pontos, torna-se possível perceber que os desafios enfrentados pelos Acompanhantes Terapêuticos nas escolas não surgem isoladamente, mas como partes de uma mesma realidade que ainda precisa amadurecer. Os dados analisados mostram que o AT lida simultaneamente com questões internas, como reconhecer seus próprios limites, e externas, como a falta de integração institucional, a carência de estrutura e a delegação de funções que não fazem parte de sua atuação

Essa combinação revela que o papel do AT só pode se fortalecer quando há condições mínimas de diálogo entre os profissionais, reconhecimento claro de suas atribuições e suporte das instituições que recebem as crianças. Assim, os achados apontam para a necessidade de escolas e equipes acolherem o AT como parte legítima do processo educativo, criando espaços colaborativos que reduzam a sobrecarga e favoreçam intervenções mais consistentes, beneficiando diretamente o desenvolvimento da criança com TEA.

Além disso, é apresentado, no quadro 1, os artigos incluídos na revisão, sintetizando informações sobre os autores, ano de publicação, título, objetivo e principais achados.

Quadro 1 – Síntese dos principais achados dos estudos analisados

Autor (es)	Ano	Título	Objetivos	Principais achados
Clementin; Braga, Silva	2022	A criança autista e o acompanhamento terapêutico escolar: relato de experiência	Discutir leis em defesa da inclusão escolar de crianças com TEA junto a práticas interventivas psicológicas	No decorrer do processo de atendimento da criança autista foram identificados vários avanços na aprendizagem, melhora no processo de interação e diminuição nos comportamentos de crise

Batista <i>et al.</i>	2023	O acompanhamento terapêutico como estratégia de intervenção no desenvolvimento da criança com Transtorno do Espectro Autista	Analisar a atuação do Acompanhante Terapêutico (AT) enquanto estratégia de intervenção para o desenvolvimento da crianças com Transtorno do Espectro Autista	Verificou-se a importância do AT como estratégia de intervenção nos contextos naturais da criança, destacando avanços após a atuação. Observou-se que o trabalho do AT é recente e ainda está em fase de consolidação teórica e técnica, evidenciada pela escassez de publicações atualizadas sobre o tema
Cecim; Sardinha	2023	Os aspectos da educação inclusiva em uma escola particular em Belém-PA	Compreender como uma escola particular em Belém/PA tem trabalhado com a diversidade de necessidades educacionais dos alunos e promovido a inclusão utilizando essa abordagem	O apoio do acompanhante de sala é crucial para a inclusão, dando suporte individualizado. Há desafios na formação dos acompanhantes e na interação com professores, mas também benefícios, como maior engajamento e participação dos alunos e promoção de ambiente inclusivo
Enes	2023	Acompanhante terapêutico de uma criança com TEA: relato de uma prática	Relatar e apresentar reflexões sobre o trabalho de AT, a partir de uma experiência vivida no contexto escolar	A experiência como AT possibilitou compreender mudanças no papel do acompanhante, na realidade escolar, nos processos educativos e no trabalho multiprofissional. Evidenciou-se os cuidados intensos da família da criança com TEA e a importância das orientações multiprofissionais e do diálogo com a escola. A vivência foi positiva para a formação da estudante de Psicologia
Nazário; Cordeiro; Pereira	2023	Como os profissionais de apoio da rede privada de ensino de Joinville/SC compreendem suas atribuições no atendimento aos alunos público-alvo da educação especial	Analisar como os profissionais de apoio da rede privada de Joinville (SC) compreendem suas atribuições no atendimento aos alunos público-alvo da educação especial	Apontou-se que a escola não contribui para a compreensão das profissionais sobre suas atribuições, levando à suporte externo em alguns casos. Os professores da sala regular apresentaram concepções biologizantes de deficiência, distanciando dos alunos da educação especial, responsabilizando as profissionais de apoio pelo ensino deles
Paes; Rocha; Amato	2023	Funcionalidade da comunicação e problemas de comportamento em crianças autistas: a visão do acompanhante terapêutico	Verificar a relação entre o grau de dificuldade do AT responsável pelo atendimento a crianças com TEA e a funcionalidade da comunicação e alterações de comportamento das crianças	Os resultados indicaram que comportamentos inadequados e dificuldades na comunicação interferem nos atendimentos de 58% dos entrevistados. Não houve relação entre problemas de comportamento e a não funcionalidade da comunicação

Candeia	2024	Educação como direito social: a inclusão da pessoa autista na escola regular	Analisar a inclusão da pessoa com TEA na escola regular, com base na legislação e no princípio da igualdade	A CF/88 assegura o direito à educação inclusiva para pessoas com deficiência; inclusão deve ser cotidiana, com profissionais capacitados e amparo legal garantido
Simplicio; Gomes	2024	O atendente terapêutico e suas possíveis contribuições no espaço escolar	Apresentar a importância do atendimento terapêutico, enquanto ação profissional que pode colaborar com a inserção do paciente no espaço social	Identificou-se avanços através da mediação estabelecida com demais profissionais da escola em um processo de compreensão e afetação para promoção de inclusão não entendida como ação assistencialista, como promotora de participação ativa nos processos formativos para desenvolvimento
Siqueira	2024	Acompanhamento escolar de crianças com entraves estruturais na constituição psíquica: contribuições e desafios	Analisar, com base na psicanálise, cenas de acompanhamento escolar e seus desafios na inclusão de uma criança com entrave psíquico	Apontou-se contribuições e desafios do acompanhamento escolar na inclusão, destacando a importância da escola como espaço de subjetivação e a interação entre pares. Concluiu que a inclusão não deve buscar uniformidade, mas trabalhar com as diferenças para chegar na igualdade de oportunidades
Costa; Silva	2025	Acompanhamento escolar da criança com transtorno do espectro autista: perspectivas do psicólogo escolar, pedagogo e familiar	Aprofundar a análise e a compreensão da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro TEA nas redes de ensino público e particular na região metropolitana de Belém-PA	Identificou-se três categorias analíticas: fluxograma pedagógico, sobrecarga dos profissionais e disponibilidade de recursos didáticos. Também ressaltou a carência de debates e pesquisas aprofundadas sobre o acompanhamento escolar de crianças com TEA

Fonte: elaborado pelas autoras (2025)

Os artigos presentes no quadro acima evidenciam que a atuação do AT no contexto escolar tem sido abordada sob diversas perspectivas, contendo tanto relatos de experiência quanto estudos descritivos e reflexivos. De maneira geral, os trabalhos apontam avanços significativos no desenvolvimento acadêmico, social e comportamental das crianças com TEA após a intervenção do AT, como melhorias na interação, autonomia e participação escolar. Também identificou-se desafios, como falta de formação específica, sobrecarga de profissionais, falta de clareza das atribuições e a necessidade de fortalecimento das práticas inclusivas. Apesar das diferenças metodológicas entre os estudos, há o consenso sobre o papel do Acompanhante Terapêutico na promoção da inclusão e no suporte individualizado às necessidades das crianças, reforçando a importância dele no ambiente escolar.

5. CONCLUSÃO

A presente revisão sistemática teve como objetivo geral analisar como a atuação do Acompanhante Terapêutico (AT) favorece o desenvolvimento acadêmico e social de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar. A análise dos 10 artigos incluídos evidenciou que o AT desempenha papel fundamental na inclusão, no apoio individualizado e na construção de vínculos que possibilitam avanços no processo de aprendizagem e socialização das crianças acompanhadas.

Os resultados dos artigos presentes evidenciaram que a presença do AT contribui para o desenvolvimento de autonomia, comunicação, comportamento e participação acadêmica. Suas intervenções, pautadas na mediação entre o aluno, a família e a equipe escolar, mostraram-se essenciais para o bem-estar e o desenvolvimento das crianças, tanto no campo pedagógico quanto no emocional.

Observou-se ainda que, embora a função do AT não seja regulamentada por uma lei específica, sua atuação é respaldada por legislações como a Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012), a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Constituição Federal de 1988, reforçando o dever das instituições de garantir acesso, permanência e participação plena dos alunos com TEA.

Apesar dos avanços identificados, este estudo identificou algumas limitações. Utilizou-se o Google Acadêmico como principal base de dados e a adoção de um número restrito de descritores, necessários para localizar artigos suficientes sobre o tema da pesquisa em questão. Essa escassez de produções científicas evidencia uma lacuna importante na literatura e reforça a necessidade de mais pesquisas, ampliando a compreensão e o embasamento teórico para a atuação profissional.

Diante do exposto, conclui-se que o Acompanhante Terapêutico é relevante no processo de inclusão escolar de crianças com TEA. Sua atuação, pautada na escuta, na mediação e na construção de vínculos, contribui para uma educação equitativa e acessível, reafirmando o compromisso social e ético da Psicologia com o desenvolvimento integral da criança com TEA.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**: DSM-5-TR. 5. ed. texto revisado. Porto Alegre: Artmed, 2022.

Disponível em: <https://loja.grupoa.com.br/dsm-5-tr-mndiag-e-est-de-transt-mentais-5ed9786558820932-p1020792>. Acesso em: 04 jun. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Rio de Janeiro: Edições, 1991.

BATISTA, A. T. *et al.* O acompanhamento terapêutico como estratégia de intervenção no desenvolvimento da criança com Transtorno do Espectro Autista. **Revista Foco**, Curitiba, v. 16, n. 9, p. 1-19, set. 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n9-107.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 04 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 04 jun. 2025.

CANDEIA, A. S. A educação como direito social: a inclusão da pessoa autista na escola regular. **Revista Gênero e Interdisciplinaridade**, João Pessoa, v. 5, n. 3, p. 292–320, 2024. Disponível em: <https://periodicojs.com.br/index.php/gei/article/view/2098/1882>. Acesso em: 28 maio 2025.

CECIM, R. SARDINHA, A. P. A. Os aspectos da educação inclusiva de uma escola particular em Belém do Pará. **Anais IX CONEDU**, Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/99792>. Acesso em: 21 set. 2025.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Data & statistics on Autism Spectrum Disorder**. Atlanta, 2023. Disponível em: <https://www.cdc.gov/ncbddd/autism/data.html>. Acesso em: 26 maio 2025.

CLEMENTINO, V. E. S.; BRAGA, D. S.; SILVA, A. L. A Criança Autista E O Acompanhamento Terapêutico Escolar: Relato De Experiência. **Revista Educação Inclusiva**, v. 7, n. 2, p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://Revista.Uepb.Edu.Br/Rein/Article/View/447/1214>. Acesso em: 28 maio 2025.

COELHO, C. F. M. Convivendo com Miguel e Mônica: uma proposta de Acompanhamento Terapêutico de crianças autistas. **Instituto de Psicologia**, Brasília: 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3095>. Acesso em: 21 set. 2025.

COSTA, R.; SILVA, R. M. Acompanhamento escolar da criança com Transtorno do Espectro Autista: perspectivas do psicólogo escolar, pedagogo e família. **Revista da FUNDARTE**, [S. l.], v. 63, n. 63, p. e1599, 2025. ISSN: 2319-0868. DOI: 10.19179/rdf.v63i63.1599.

ENES, E. N. S. Acompanhante Terapêutico de uma Criança com TEA: Relato de uma Prática. **Anais do XV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade – EDUCON**, São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2021. DOI: 10.29380/2021.15.02.07.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, v. 6, n. 1, p. 57-73, set. 2019. DOI: 10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73.

GAVIOLI, C.; RANOYA, F.; ABBAMONTE, R. A prática do acompanhamento educacional na inclusão escolar: do acompanhamento do aluno ao acompanhamento da escola. In: COLÓQUIO LEPSI IP/FE-USP, 3., 2002, São Paulo. **Anais**. São Paulo: IP/FE-USP, 2002. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000032001000300020&script=sci_arttext. Acesso em: 10 nov. 2025.

GODOY, M. G. G.; LIMA, A. X. A inclusão escolar na perspectiva da Lei Berenice Piana. **Revista Eletrônica CEPEP**, v. 10, n. 2, p. 83-107, abr. 2020. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/A-CULTURA-DA-INCLUS%C3%83O-ESCOLAR-NA-PERSPECTIVA-DA-LEI-Godoy-Lima/1819e8b1a7dbbd75a6914171f89426451bb507dd>. Acesso em: 27 maio 2025.

LIMA, L. R *et al.* Os direitos das crianças com TEA no contexto escolar: uma análise da atuação do acompanhante especializado (AE) e do acompanhante terapêutico (AT). **IOSR Journal of Business and Management**, v. 26, n. 11, p. 1-9, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.9790/487X-2611020109>. Acesso em: 27 maio 2025.

MAUER, S. K.; RESNIZKY, S. **Acompanhantes Terapêuticos: atualização Teórico-clínica**. 2. ed. Buenos Aires: Letra Viva, 2003.

MOREIRA, A.; SILVA, E.; OLIVEIRA, J. O papel do Acompanhante Terapêutico (AT) no ambiente escolar e seu suporte especializado: Notas bibliográficas. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 5, p. 123–135, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/44548/35583>. Acesso em: 27 maio 2025.

NAZÁRIO, A. J.; CORDEIRO, A. F. M.; PEREIRA, B. S. R. Como os profissionais de apoio da rede privada de ensino de Joinville/SC compreendem suas atribuições no atendimento aos alunos público-alvo da educação especial. **Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação**, Florianópolis, v. 41, n. 4, p. 1-21, out./dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/94320/54297>. Acesso em: 10 nov. 2025.

PAES, B. P. ROCHA, M. M.; AMATO, C. A. H. Funcionalidade da comunicação e problemas de comportamento em crianças autistas: a visão do acompanhante terapêutico. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 31–52, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgdd/article/view/15414/11956>. Acesso em: 21 set. 2025.

PAGE, M. J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, n. n71, 29 mar. 2021. DOI: 10.1136/bmj.n71.

RODRIGUES, N. dos S.; FILARD, M. F. Acesso à educação como direito do PCD Autista: uma análise da inclusão à luz da Lei Berenice Piana N° 12.764/2012. **REVISTA DELOS**, v. 17, n. 61, p. e2589, 2024. DOI: 10.55905/rdelosv17.n61-049. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/rdelosv17.n61-049>. Acesso em: 27 maio 2025.

SANTA CATARINA. Núcleo de Educação Especial. **Política de Educação Especial**. Florianópolis, SC: Gráfica Coan, 2018.

SANTOS, L. G.; MOTTA, J. M.; DUTRA, M. C. B. Acompanhamento terapêutico e clínica das psicoses. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 8, p. 497-514, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/JXD5jZKMHrgQWbwx6WCBDkL/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2025.

SIMPLICIO, Célia Cândido; GOMES, Joanderson de Oliveira. O atendente terapêutico e suas possíveis contribuições no espaço escolar. **Revista Periferia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, e75795, mar. 2024. DOI: 10.12957/periferia.2024.75795.

SIQUEIRA, L. D. Acompanhamento escolar de crianças com entraves estruturais na constituição psíquica: contribuições e desafios. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 295–310, 2024. DOI: 10.11606/issn.1981-1624.v29i2p295-310.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994.
Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 13 out. 2025.